

Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos
Naturais Renováveis - IBAMA
Diretoria de Licenciamento Ambiental

M M A

Ata Sucinta

Local: Paulo Afonso/BA

Data: 01/09/2016

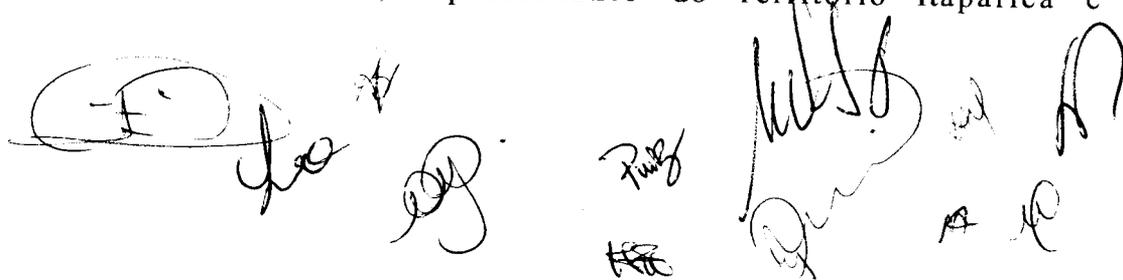
Horário: 14:50

Assunto: Reunião Pública para discussão e incorporação de contribuições para análise do pedido de Emissão da Licença de Operação do Complexo Paulo Afonso.

Ata da Reunião Pública para discussão e incorporação de contribuições para análise do pedido de emissão da Licença de Operação do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, realizada no dia 01/09/2016, às 14:50, no Memorial CHESF, na cidade de Paulo Afonso, Bahia. Foram convidados à Mesa de Abertura o Sr. Paulo Belchior, Gerente do Departamento do Meio Ambiente da CHESF, e os Superintendentes do Ibama dos estados de Sergipe - Sra. Vera Cardoso, Pernambuco - Sr. Francisco Barreto, e Alagoas - Sr. Mário Sarmiento, que após breve apresentação, saudaram todos os presentes. Em seguida, a Sra. Lisânia Pedrosa, chefe da Divisão Técnica/SUPES/PE, leu o regulamento da Reunião Pública. Na sequência, o Coordenador Substituto da Coordenação de Hidrelétricas/DILIC/IBAMA, Sr. José Alex Portes, fez uma breve exposição, mostrando as normativas que disciplinam o licenciamento ambiental, além de apresentar histórico dos marcos e do acompanhamento do processo de licenciamento do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. A apresentação elencou, também, as quatro autorizações já emitidas para redução de vazão no rio São Francisco, com destaque ao pedido de redução para 700 m³/s, atualmente em análise pelo órgão licenciador. Em continuidade, o Gerente da Divisão de Meio Ambiente e Geração, Sr. Elvídio Landim, iniciou a apresentação da CHESF, na qual destacou a geração de energia nos 4 reservatórios do complexo e, de forma sucinta, apresentou os programas ambientais desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental do empreendimento, tais quais: Programa de Monitoramento de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; PACUERA; Programa de Levantamento e Classificação do Uso do Solo em APP; Programa de Monitoramento Limnológico e Macrófitas Aquáticas; Programa de Monitoramento de Ecossistemas Aquáticos; Programa de Monitoramento de Ictiofauna e Biologia Pesqueira; Programa de Monitoramento das Fontes Poluidoras; Programa de Educação Histórico Patrimonial; Diagnóstico da Situação Atual das Famílias Reassentadas e Identificação de Assentamentos Rurais, População Indígena e Quilombola; Plano de Revitalização e Organização das Áreas de Visitação no Complexo Paulo Afonso; e Plano de Ação Socioambiental. Encerradas as apresentações, a Sra. Lisânia Pedrosa concedeu intervalo de 15 minutos para dar início a segunda etapa da reunião pública. Após o intervalo, foram convidados os demais integrantes da Mesa, composta por Sr. José Alex Portes - COHID/DILIC/IBAMA, Sr. Romeu Boto - Chefe da DITEC/SUPES-SE, Sr. Paulo Belchior - CHESF e Sr. Elvídio Landim - CHESF, e deu-se início a etapa de questionamentos e manifestações. O Sr. Marcos Romão, questionou

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'José Alex Portes', 'Romeu Boto', 'Paulo Belchior', and 'Elvídio Landim'.

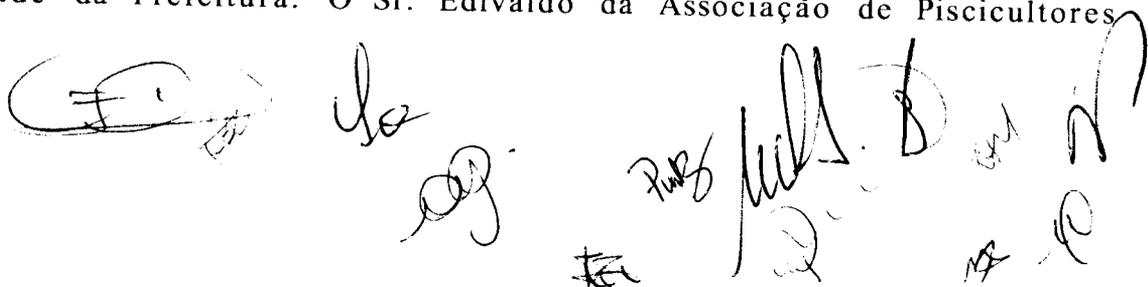
como ter acesso aos relatórios de monitoramento de qualidade de água e macrófitas. Em resposta, o Sr. Elvídio Landim informou que os dados dos monitoramentos realizados pela CHESF são públicos, e que podem ser solicitados pessoalmente, por e-mail e por intermédio do canal de meio ambiente. Todavia, solicitou objetividade no pedido de informações para facilitar a resposta e encaminhamento de dados. O Sr. Silvano Wanderley, representante da Secretaria de Educação do município de Paulo Afonso, solicitou atenção às Unidades de Conservação da região, e questionou a ausência de condicionantes dentro do licenciamento ambiental que considerem as áreas protegidas. O Sr. Romeu Boto informou que o Ibama, após a análise de emissão da LO, fará o acompanhamento regular dos empreendimentos e da área de entorno. O Sr. José Alex acrescentou que no processo de renovação da LO da UHE Xingó foi estabelecida condicionante de apoio aos Planos de Ação Nacional, vinculados ao ICMBio, visando medidas mais efetivas de conservação. O Sr. Paulo Belchior acrescentou que foram destinados, em decorrência da compensação ambiental, 17 milhões de reais, contemplando várias UCs, dentre as quais a Estação Ecológica Raso da Catarina. Destacou, ainda, a disponibilidade de 11 milhões na Câmara de Compensação Ambiental ainda não destinados e que sugere gestão para destinação de parte deste recurso ao MONA do São Francisco. O Sr. André Souza perguntou se a CHESF possui algum programa para retirada e controle de baronetas no reservatório. Em resposta, o Sr. Elvídio destacou que o problema de proliferação das baronetas só será resolvido quando houver saneamento básico e que as ações da CHESF atualmente se restringem ao monitoramento da qualidade da água e de macrófitas. A Sra. Ieda Carvalho fez um apelo para continuidade de projetos, em especial ao PAS. Enfatizou a importância das ações desenvolvidas com a população na conscientização ambiental da comunidade local. O Sr. Paulo Belchior informou o interesse da CHESF em dar continuidade ao programa e que está em processo de licitação a contratação de pessoal para continuidade do PAS em Paulo Afonso. Acrescentou, ainda, que a CHESF ampliou o projeto, incluindo o entorno da UHE Xingó. A professora Jovelina, do colégio Polivalente, ressaltou a ausência de medidas de manutenção nos pontos turísticos da cidade e questionou a falta de fiscalização do Ibama nas áreas marginais do rio São Francisco. A Chesf respondeu que está trabalhando em um plano de manutenção dos pontos turísticos do Complexo de Paulo Afonso e está analisando a possibilidade de concessão ou gestão desses pontos junto às prefeituras. Ressaltou, também, a dificuldade de manutenção da APP, e que a CHESF está buscando junto a outras instituições a solução para os problemas de ocupação irregular e pontos de poluição. O Sr. Romeu destacou a implementação do Programa Novo Chico, que tem como um dos objetivos, a revitalização das margens do rio São Francisco. O estudante Danilo, da escola Polivalente, ressaltou a beleza natural da cidade de Paulo Afonso e que, infelizmente, tem observado erosões, lançamento de esgoto e acúmulo de lixo. Questionou se a CHESF conduz algum programa de monitoramento de áreas degradadas. Acrescentou que desenvolve na escola projeto de produção de mudas para plantio e recuperação das margens. Em resposta, o Sr. Paulo Belchior parabenizou o projeto e informou que a escola poderá entrar em contato com a CHESF para apoio, e que disponibiliza o viveiro de Xingó para visitaçao e orientação. A Sra. Edvalda Aroucha, representante do Território Itaparica e



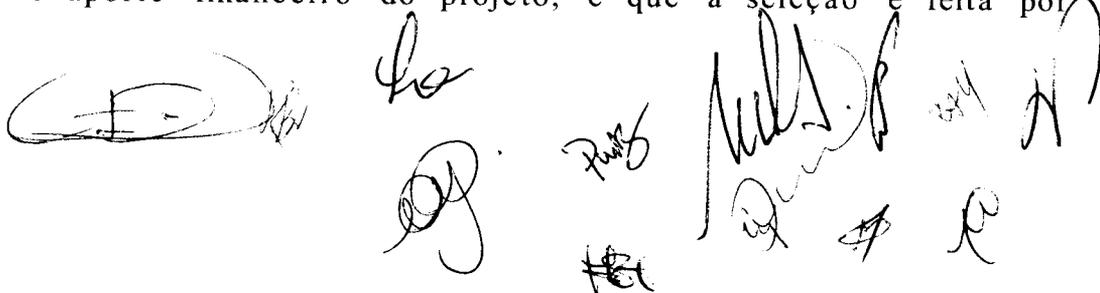
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and several smaller initials on the right.

fundadora da ONG Agendha, registrou o extenso passivo socioambiental da CHESF. Destacou, ainda, a situação das famílias de agricultores e reassentados da CHESF, que estão, em sua grande maioria, sem assessoria técnica e extensão rural por mais de três anos. Cobra da CHESF a obrigação de assumir a responsabilidade sobre essas famílias quanto à assistência técnica e extensão rural, e recomendou que este apoio fosse condicionado na licença. Destacou, ainda, que a apresentação da CHESF não esclareceu as diferenças entre os programas conduzidos pela CHESF, em decorrência de obrigatoriedades que beneficiam a empresa, dos programas que devem ser feitos em prol da população para sanar os diversos passivos dos empreendimentos. Por fim, entregou, oficialmente, documento aos representantes da Mesa, com sugestões de condicionantes para a Licença de Operação, relativas à implementação de Centros de Reabilitação de Animais Silvestres. Em resposta, o Sr. Elvídio pontuou que a CHESF sempre teve a responsabilidade de manter a Verba de Manutenção Temporária (VMT), e que está articulando com a CODEVASF, a passagem dos perímetros irrigados, tendo em vista que a CODEVASF têm mais competência na gestão dessas áreas, e que em relação à ATER para os reassentados, a CHESF buscará soluções. Em acréscimo, o Sr. Elvídio relatou que há uma linha tênue entre as responsabilidades do empreendedor e as políticas públicas, que devem ser conduzidas pelo Estado. Com relação a criação do CETAS, informou o estabelecimento de parceria com a UNIVASF e INEMA para discussão e implantação dos centros de triagem.

A Sra. Eruska Nunes questionou se o peixamento com espécies nativas é condicionante da licença ambiental e se existem metas e prazos atrelados ao programa. Em resposta, o Sr. Elvídio informou que, apesar da existência do programa, há uma defasagem do cumprimento das metas estipuladas, sobretudo, relacionadas ao surubim e espécies carnívoras. Frisou que, atualmente, a CHESF está desenvolvendo ações para melhoria do programa. O Sr. Alison Sá, representante da ONG Animallia, reforçou o pedido de implantação do CETAS, em decorrência da região ser rota de tráfico de animais silvestres. Questionou se em momentos de abertura do vertedouro há algum procedimento de afugentamento de animais. Em relação a abertura dos vertedouros, o Sr. Elvídio esclareceu que a abertura só acontece em momentos de altas vazões e que não há necessidade em empreendimentos já consolidados e à fio d'água, em que não há espalhamento do espelho d'água, de ações de afugentamento de fauna terrestre. Em acréscimo, o Sr. Romeu informou que a sugestão será avaliada no âmbito da emissão da licença. O Sr. Lucas Ribeiro, da UNEB e a Sra. Wellida Souza, questionaram se a gestão da área de visitação da hidrelétrica de Angiquinho é feita pela Prefeitura de Delmiro Gouveia ou pela CHESF; se haverá continuidade do Programa de Educação Histórico Patrimonial; se haverá apoio institucional às comunidades produtoras e artesanais; e se há algum projeto de arborização e limpeza das margens dos canais. O Sr. Elvídio informou que podem ser feitas parcerias para gestão conjunta entre prefeituras e CHESF. O Sr. Paulo Belchior respondeu que é feito levantamento e apoio dessas comunidades, com divulgação dos trabalhos dos artesãos (livros, cds) e que a CHESF avaliará a continuidade do Programa de Educação Histórico Patrimonial. O Sr. Elvídio esclareceu que as ações de arborização e limpeza de canais são de responsabilidade da Prefeitura. O Sr. Edivaldo da Associação de Piscicultores

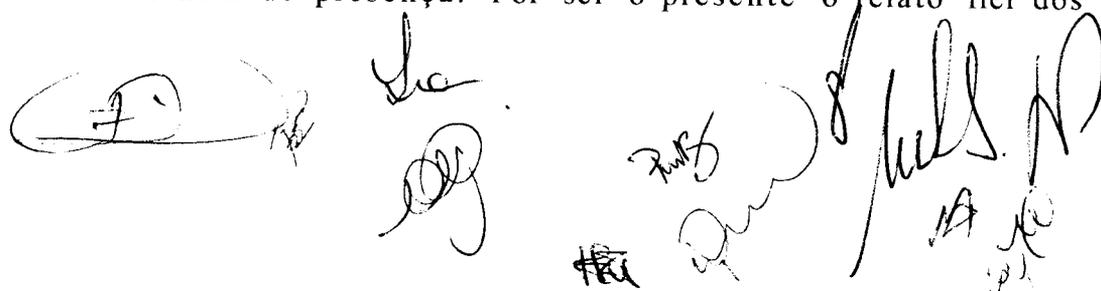
The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large signature that appears to be 'F. S.', followed by 'Jo', a signature that looks like 'P. B.', and several other initials and signatures, including one that resembles 'M. S.' and another that looks like 'R. S.'. The handwriting is cursive and somewhat stylized.

Familiares de Santo Antônio questionou a ausência de apoio como estradas e capacitação técnica aos produtores ribeirinhos. Em resposta, o Sr. Elvidio informou a existência de empresas de assistência técnica da Bahia com competência específica de prestação de assistência a essas comunidades. Acrescentou que o licenciamento desses projetos é feito em outra esfera, e que a CHESF não tem competência legal para participar. O Sr. João Paulo Vieira questionou se há conhecimento de impactos e prejuízos decorrentes da invasão de mexilhão dourado. Questionou, ainda, se a CHESF tem preocupação com a diminuição da vazão do rio Corrente, afluente do rio São Francisco, e conseqüente diminuição da reposição das águas dos reservatórios, oriundos de impactos no cerrado e uso intensivo para agricultura. Por fim, questionou se os programas de monitoramento de qualidade de água subsidiam alguma medida mitigadora. Em relação ao mexilhão dourado, Sr. Elvidio informou que o Ibama solicitou a criação de um programa específico para monitoramento e controle do mexilhão dourado em Xingó, e que, é provável que o Ibama faça a mesma solicitação no âmbito da emissão da licença do Complexo de Paulo Afonso. Todavia, acrescentou que não há medidas efetivas para sanar definitivamente o problema, considerando que o mexilhão dourado é uma espécie exótica que não tem predador natural. O Sr. Thiago Cordeiro, questionou a possibilidade de aporte financeiro para a elaboração do Plano de Manejo do MONA do São Francisco, no âmbito da emissão da LO. O Sr. Ely Enéas, gestor do MONA, ressaltou a importância de prestação de apoio da CHESF na gestão da UC, direta ou indiretamente, inclusive por intermédio de ações do PAS. A Sra. Elvia Almeida de Lima destacou a insuficiência de tempo da reunião pública para discussão de todos os problemas vinculados ao empreendimento, e questionou como a CHESF pretende tornar a área do dique mais acessível e segura para a população, destacando a intensa ocupação irregular nessas áreas. O Sr. Paulo Belchior esclareceu que o dique é uma área de segurança e que a manutenção da área está relacionada à necessidade de realização de ações estruturais da CHESF no local e que, além das ações de fiscalização e reintegração de posse já realizadas, a CHESF buscará informações e medidas mais precisas junto à Administração Regional. O Sr. Janderson Oliveira recitou poesia ressaltando a importância e efetividade das ações do PAS. A Sra. Carina Xavier frisou o desrespeito aos participantes que chegaram pontualmente, com o atraso do início da reunião. Em seguida, questionou a ausência de detalhamento dos impactos da operação da usina na área de influência do empreendimento e das condicionantes da licença ao longo da apresentação feita pelo Ibama. Em resposta, o Sr. José Alex Portes esclareceu que a análise ainda não está concluída pela equipe técnica e que, por esse motivo, as condicionantes ainda não foram estabelecidas. Acrescentou que podem ser consultadas no sítio eletrônico do Ibama as condicionantes que foram estabelecidas no âmbito da renovação da LO da UHE Xingó. A Sra. Carina reforçou a importância de continuidade do PAS e sugeriu que a CHESF apresente de forma periódica as ações de gestão e educação ambiental executadas no município; que a CHESF publique editais para aporte de recursos e escolha de projetos do PAS; que a CHESF apoie a implantação do Plano Municipal de Saneamento Básico; e questionou se há condicionante referente ao turismo. A Sra. Maria José, coordenadora do PAS, explicou como é o funcionamento e o aporte financeiro do projeto, e que a seleção é feita por



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a smaller one in the center, and several others on the right.

comissões, com participação direta dos envolvidos. Acrescentou considerações do desenvolvimento do PAS em Paulo Afonso. A Sra. Edvalda Aroucha acrescentou considerações sobre a criação do MONA e dos diversos problemas envolvidos, com destaque a identificação de comunidades tradicionais na região e de sítios arqueológicos na UC. O Sr. Maurício Aroucha destacou a importância da criação do MONA, e que na época houve redução dos prejuízos às comunidades tradicionais. Ressaltou a fragilidade das UCs, especificamente o MONA do São Francisco e a Estação Ecológica do Raso da Catarina, e a importância do diálogo, para estruturação de ações efetivas. Por fim, destacou que as instituições não incorporam a real dimensão dos passivos socioambientais existentes. A Sra. Ana Cláudia Fundani questionou onde estão os projetos socioambientais desenvolvidos em Paulo Afonso. O Sr. Paulo Belchior respondeu que o PAS está em execução a 8 anos, e que apesar de não ter sido muito efetivo em Paulo Afonso, a CHESF ampliará os esforços para continuidade do projeto. A professora Alessandra Rodrigues, da Associação dos Artesãos, narrou sua experiência no PAS e destacou que discorda da proposta de edital para aporte de recursos para o PAS, pois o mesmo deve ser conduzido pelo povo com ações coletivas, e que esse plano não deveria necessitar de licitação. O Sr. Paulo Belchior informou que em decorrência de obrigatoriedade legal, não é possível pular a etapa de licitação mas que, provisoriamente, serão destinados recursos do PAS desenvolvido em Xingó para continuidade das ações em Paulo Afonso. A Sra. Maria José acrescentou que o PAS de Paulo Afonso não foi um fracasso, mas apenas, teve uma dinâmica diferente no momento do funcionamento das comissões e que o trabalho precisa ser retomado. O Sr. João Paulo questionou qual intervenção foi realizada para o controle de macrófitas, e se há monitoramento sobre a efetividade do peixamento. Em resposta, O Sr. Elvídio informou que a CHESF realiza o monitoramento limnológico e de macrófitas e que encaminha os dados para os órgãos ambientais. Em relação ao peixamento, informou a vulnerabilidade do surubim em reservatórios e que a predação pelas espécies que já estão presentes no lago, interfere nos resultados. O Padre Antônio, da diocese de Floresta/PE, questionou a possibilidade de apoio ou desenvolvimento por parte da CHESF de projetos de aproveitamento econômico de macrófitas, como a produção de biogás. Ressaltou a ausência de medidas de compensação ou mitigação de impactos aos ribeirinhos do lago de Moxotó, que foram os menos assistidos no momento de implantação das hidrelétricas. Frisou que o desenvolvimento de associações de piscicultores da região de Jatobá é uma iniciativa desvinculada da CHESF e solicitou apoio do empreendedor no desenvolvimento dos estudos de monitoramento de qualidade da água, necessários para o licenciamento dos projetos, ou incorporação da área dos tanques nos estudos em desenvolvimento pela CHESF, visando a diminuição dos custos para os ribeirinhos. A solicitação foi entregue por intermédio de documento escrito à presidência da Mesa. O Sr. Elvídio pontuou que existem estudos de aproveitamento de macrófitas, mas que no caso das baronesas, há dificuldades na definição de usos. Com relação ao monitoramento da qualidade da água, a CHESF se colocou à disposição para efetivar parcerias. Não havendo mais questionamentos, por volta de 18h45 min, o Sr. Romeu Boto declarou encerrada a Reunião Pública. Foram registradas a entrega de dois documentos e 176 pessoas assinaram a lista de presença. Por ser o presente o relato fiel dos

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large signature that appears to be 'F. D.', followed by a smaller signature that looks like 'da'. To the right of these are several other signatures, including one that clearly shows 'F. M. S.' and another that appears to be 'Romeu Boto'. There are also some initials and scribbles scattered around the main signatures.

acontecimentos, eu, Natalia de Alencar Monteiro, lavrei a presente Ata, que foi lida e assinada por mim e os demais representantes do IBAMA, da CHESF, e demais presentes.

Assim, todos os presentes

José ~~Alencar~~
Maurício Luiz Araújo

Marcelo Duarte da Fonseca

Marcelo de Abreu Mendes

Roberto de Almeida Santos

Isaac Benício Serrano de Moraes

Paulo Roberto de Souza

Paulo Roberto de Souza

Luciana de Proença

Ronaldo de Souza

Roberto de Souza

Roberto de Souza